

ST. Caucaiao Liminar surpreende escola particular

Os donos de escolas do Distrito Federal foram pegos de surpresa pela medida judicial — liminar — que garante aos alunos de escolas particulares de 1º e 2º graus o direito de pagarem no máximo 255,5% de reajuste em suas mensalidades no período de dezembro de 1987 a junho de 1988. Diretores de escolas como o Compacto e Alvorada, ambas com reajustes acima do estabelecido pelo juiz da 4ª Vara de Fazenda Pública, Carlos Augusto Figuerêdo Salazer, até ontem ainda não haviam analisado a questão. Temem, entretanto, que a medida possa provocar uma greve de professores.

O diretor do colégio Alvorada, José Teixeira da Costa Nazareth, disse que caso atinja os salários dos professores, a liminar concedida pelo juiz pode provocar sérios problemas. "No Alvorada, oferecemos reajustes acima do estipulado pela liminar (96,42%). Eles foram dados, entretanto, a título de adiantamento e caso se determine um índice menor, como o estipulado pela Justiça, terá que haver corte nos salários", revelou. Já computados o índice de reajuste dos professores e reajustes extraordinários concedidos pelo Conselho Federal de Educação, as mensalidades do Alvorada subiram

cerca de 475,42% de dezembro/87 a junho/88.

No caso do Compacto, este índice — também com o reajuste de professores da escola — chegou a 346,77%. O diretor-presidente, Aginaldo Dantas, diz que a medida pode trazer "um sério transtorno social. Muitas escolas se comprometeram oferecendo índices bem maiores do que o estipulado pelo juiz aos professores e vão estar proibidas, pela liminar, de repassá-los às mensalidades", observa.

Conselho

A representante das Associações de Pais de Alunos de Escolas Particulares (APMS) no Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), Edilamar Vaz da Costa, acha que a liminar "começará a disciplinar a questão de repasse do percentual de reajuste dos professores para as mensalidades". Ela disse que "é uma medida positiva, que acabará por forçar a assinatura do acordo coletivo entre Sindicato das escolas e dos professores, cujo adiamento tem prejudicado os pais que já pagaram as mensalidades, com estes reajustes incluídos e com índices bem variados.", lembrou.

Ceub faz acordo por escrito

Os alunos e a direção do Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub) devem ratificar por escrito, hoje, o acordo que pôs fim ao boicote às mensalidades. Além da redução acertada na última rodada de negociação, por sugestão de

parlamentares de Brasília, os estudantes ganharam mais 7,5% de abatimento. O acordo inicial previa uma redução de 36% e 22% do valor do crédito normal e do laboratório, respectivamente, cobrado pelo Ceub.